

Negociações na educação se arrastam

■ Paulo Renato adia envio de projeto e docentes se dividem

ELIANA LUCENA E
FABIANO LANA

BRASÍLIA - O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, cedeu mais uma vez e recebe hoje o comando de greve dos professores das universidades federais para discutir uma saída para a paralisação nacional. O ministro também resolveu adiar o envio ao Congresso do projeto de lei que fixa gratificações para mestres e doutores das universidades. Enquanto as negociações entre governo e docentes se arrastam, o comando de greve avalia os resultados das assembleias realizadas nos estados, que reforçaram a posição de só negociar em greve. Mas professores da Universidade de Brasília (UnB) começaram a reclamar ontem do radicalismo do Comando Nacional de Greve das Instituições Federais de Ensino. O movimento já dura dois meses.

Paulo Renato Souza tomou a decisão de negociar com os professores depois de receber integrantes da Frente Parlamentar pela Educação que estão mediando as negociações. "Dissemos que deixar a proposta como está, para ser discutida no Legislativo, não resolveria o impasse", afirmou o deputado Ivan Valente (PT-SP).

Viagem - Pela manhã, o ministro ainda confirmou o envio do Programa de Estímulo à Docência hoje ao Congresso. Amanhã ele viaja para Washington com o presidente Fernando Henrique Cardoso e só volta a Brasília na semana que vem. À tarde, os parlamentares, entre eles, Rita Camata (PMDB-ES) e Espíriodão Amin (PFL-SC), estiveram com o ministro e fizeram o apelo para que ele mudasse de idéia. A comissão suprapartidária tem feito a mediação entre os grevistas e o MEC, junto com a Associação Nacio-



Fernando Henrique assinou o decreto que regulamenta os convênios para o programa de renda mínima

nal dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes), que reúne os reitores das universidades federais.

Mesmo apoiando a posição do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), de só dialogar em greve, algumas universidades já sinalizam com a possibilidade de negociar em cima do projeto das gratificações.

A condição imposta pelos grevistas seria estender as gratificações a todos os docentes, inclusive os não titu-

lados, e, ainda, o governo não entender a gratificação como substituta do aumento linear de 48,65% reivindicado pelos docentes.

No MEC, a posição é de não negociar reajuste linear, o que criaria uma situação complicada diante dos demais servidores públicos federais, que estão sem aumento desde 1995. A gratificação, segundo Paulo Renato, seria concedida da mesma forma como foi aprovada para os militares.

A assembleia na UnB que manteve

a greve mostrou divisão entre os professores. Uma nova assembleia será realizada hoje, diante do apertado resultado favorável à paralisação. O professor Flávio Kothe afirmou que o interesse dos líderes grevistas é manter a greve e não aceitar qualquer tipo de negociação. "Quem vai à assembleia são os professores militantes, que só aceitam o aumento linear ou nada. Estou perplexo com a má vontade de parte dos professores em retornar às aulas", disse Kothe.

Brasília - Arnaldo Schulz